

Arquitetura, Justiça e equidade: reflexões sobre o espaço judiciário do TJBA no âmbito do Novembro Negro

Por Alice Gabriela Cerqueira Cruz, arquiteta da Coordenação de Projetos arquitetônicos CPROJ - TJBA

Vivemos em um momento em que a pauta da inclusão social ocupa o centro dos debates públicos. A sociedade discute com mais profundidade as raízes da desigualdade e as formas como os racismos estrutural e institucional influenciam oportunidades, trajetórias e a relação das pessoas com as instituições. Esse movimento atravessa todas as áreas do conhecimento e o Poder Judiciário brasileiro tem assumido um papel importante nesse processo de transformação. Nos últimos anos, houve avanços significativos, como a implementação de cotas raciais nos concursos, incluindo a magistratura, a meta do Conselho Nacional de Justiça para corrigir a sub-representação de pessoas negras no quadro institucional e a criação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial, que orienta magistrados e magistradas a considerarem, em suas decisões, as desigualdades e vulnerabilidades específicas enfrentadas pela população negra.

O Tribunal de Justiça da Bahia também tem aprofundado suas iniciativas. Em 2024, criou o Prêmio Luiz Gama, voltado para reconhecer pessoas ou instituições, com prestação de relevantes serviços à sociedade em defesa dos Direitos Humanos, e na sua primeira edição escolheu por unanimidade a Sociedade de Proteção dos Desvalidos, instituição histórica e símbolo da resistência negra. Ações como essa demonstram que a discussão racial é transversal e precisa alcançar todas as áreas institucionais, inclusive aquelas que, à primeira vista, nem sempre são associadas a esse debate, como a arquitetura.

A arquitetura brasileira, aliás, foi moldada durante séculos por uma estrutura social racista que organizou quem tinha direito à cidade, ao espaço, ao conforto e ao belo. A formação arquitetônica reflete uma matriz majoritariamente branca e eurocêntrica, o que reforça a necessidade de ampliar referências e revisar práticas. Uma arquitetura comprometida com a promoção da equidade passa por reconhecer essas raízes históricas e atuar para transformá-las. Pensar arquitetura antirracista significa projetar espaços de cuidado, acolhimento e dignidade, capazes de romper com práticas excludentes e sensíveis às realidades das populações negras que compõem grande parte do país e, especialmente, do estado da Bahia.

É também nesse campo que a atuação do Tribunal de Justiça da Bahia se insere. Pouca gente sabe, mas o TJBA conta com uma área especializada em projetos arquitetônicos. É uma atuação que envolve reformas, adequações, ampliações e construções de novos Fóruns em todo o estado. Somos uma equipe técnica comprometida que trabalha

diariamente com um desafio muito particular. O TJBA é o tribunal mais antigo das Américas, o que significa lidar com edifícios históricos, estruturas antigas e realidades arquitetônicas muito distintas entre si. Muitas unidades judiciárias foram construídas antes das normas de acessibilidade universal, das diretrizes contemporâneas de sustentabilidade, conforto térmico, humanização dos ambientes e pensadas sem considerar a vulnerabilidade da maior parte dos seus usuários. Por isso, parte essencial do nosso trabalho consiste em adaptar, reformar e melhorar o que já existe, enquanto buscamos incorporar soluções mais modernas e inclusivas nas novas sedes.

Os Fóruns do TJBA são ambientes institucionais com enorme potencial para a aplicação de uma arquitetura antirracista. Eles atendem majoritariamente uma população negra, lidam diretamente com temas de vulnerabilidade, violência, desigualdade e justiça e são espaços de forte carga simbólica que envolvem poder, autoridade, medo, trauma e burocracia. Em muitas cidades, o Fórum é o principal edifício público do município, o que reforça ainda mais sua responsabilidade social.

Uma arquitetura comprometida com a promoção da equidade busca reduzir tensões e sofrimentos, considerando que populações negras são historicamente as mais afetadas por processos judiciais, encarceramento e violência doméstica. O espaço não deve agravar a experiência. Ele deve acolher.

É importante reconhecer que a reflexão sobre arquitetura antirracista é um processo de amadurecimento institucional. Surgiu a partir das discussões sobre racismo estrutural e institucional, intensificadas nos últimos anos no Judiciário e na sociedade, que gerou o reconhecimento de que não há arquitetura humanizadora no Brasil que não seja, por consequência, antirracista. Isto porque, em um país estruturado pela desigualdade racial, qualquer projeto que busque acolhimento, dignidade e acesso democrático aos espaços públicos estará, necessariamente, enfrentando as barreiras que mais afetam as pessoas negras. Essa percepção qualificou a nossa prática, trazendo mais clareza política sobre seu significado e alcance. E essa clareza nos permite hoje atuar com ainda mais intencionalidade.

Exemplos dessa prática já podem ser vistos em diversas unidades. No projeto do Fórum de Eunápolis, adotamos iluminação zenital e áreas de espera integradas ao verde, reduzindo a sensação de confinamento. Ambientes iluminados naturalmente, salas de espera ventiladas e ambientes organizados de forma intuitiva ajudam a diminuir a ansiedade e tornam a experiência do usuário mais respeitosa. Esses cuidados são fundamentais em um ambiente que recebe pessoas em momentos de fragilidade, boa parte delas negras, que historicamente enfrentam obstáculos no acesso às instituições públicas.



Imagen 1 - Área de espera do Fórum de Eunápolis integrado a um jardim com iluminação zenital

A discussão sobre racismo estrutural também envolve o racismo climático, ou ambiental, que evidencia como populações marginalizadas são mais afetadas pelos impactos da crise climática. No contexto da Bahia, isso atinge principalmente a população negra, que compõe a maioria dos trabalhadores informais, das pessoas que dependem do transporte público e daquelas que percorrem longas distâncias até o Fórum sob forte calor. Projetar brises, marquises, pátios arborizados, fachadas que reduzam o ganho térmico e implantações que aproveitam os ventos predominantes é uma forma de proteger essas populações e mitigar desigualdades ambientais.

No novo Fórum de São Gonçalo dos Campos, utilizamos brises e marquises para sombreamento, além de áreas externas arborizadas (a vegetação que foi plantada ainda irá se desenvolver), diminuindo significativamente a temperatura interna. Ao incorporar vegetação e sombreamento em regiões mais quentes do estado, levamos em conta a realidade de quem chega ao Judiciário caminhando longas distâncias sob sol intenso.



Imagen 2 - Brises, marquise e jardim em crescimento do novo Fórum de São Gonçalo dos Campos

Da mesma forma, é essencial garantir circulações seguras e não vexatórias. A circulação de custodiados deve ocorrer sem exposição ao público, por meio de pulmões de segurança e percursos protegidos. Essa medida tem impacto direto na promoção da equidade racial porque, no Brasil, o encarceramento atinge de forma desproporcional pessoas negras. Evitar trajetos humilhantes significa evitar a reprodução de práticas que reforçam estigmas e desigualdades. Da portaria à recepção, buscamos criar acessos eficientes, discretos e não opressivos. Nos novos Fóruns, a exemplo do de Retirolândia, implementamos circulações reservadas para custodiados, que não passam pela recepção, eliminando exposição pública.

Seguindo as orientações do Manual de Arquitetura Judiciária para Audiência de Custódia, do Conselho Nacional de Justiça, o projeto do novo Fórum de São Felipe, atualmente em construção, incorpora diretrizes fundamentais que dialogam com práticas arquitetônicas alinhadas à justiça racial. Na sala de custódia, realizamos modificações importantes para reduzir a aparência carcerária e evitar a reprodução de ambientes punitivos. As grades foram substituídas por cobogós, que garantem ventilação e privacidade sem transmitir aspecto prisional. As portas de gradil deram lugar a portas metálicas com visor de segurança em vidro multilaminado, que conferem maior dignidade ao ambiente. Também substituímos a antiga bacia sanitária do tipo turca, que é instalada diretamente no piso e exige que a pessoa permaneça agachada

para utilizá-la, por uma bacia em inox “convencional”, mais confortável e adequada ao respeito à integridade física de quem está sob custódia. Essas escolhas partem da premissa de que a arquitetura deve reduzir humilhações e minimizar práticas institucionais violentas. A pessoa que vai a uma audiência de custódia já se encontra privada de liberdade e terá sua situação jurídica examinada pelo magistrado. Esse momento não visa punir, mas sim garantir direitos constitucionais, e o espaço físico precisa refletir essa compreensão.

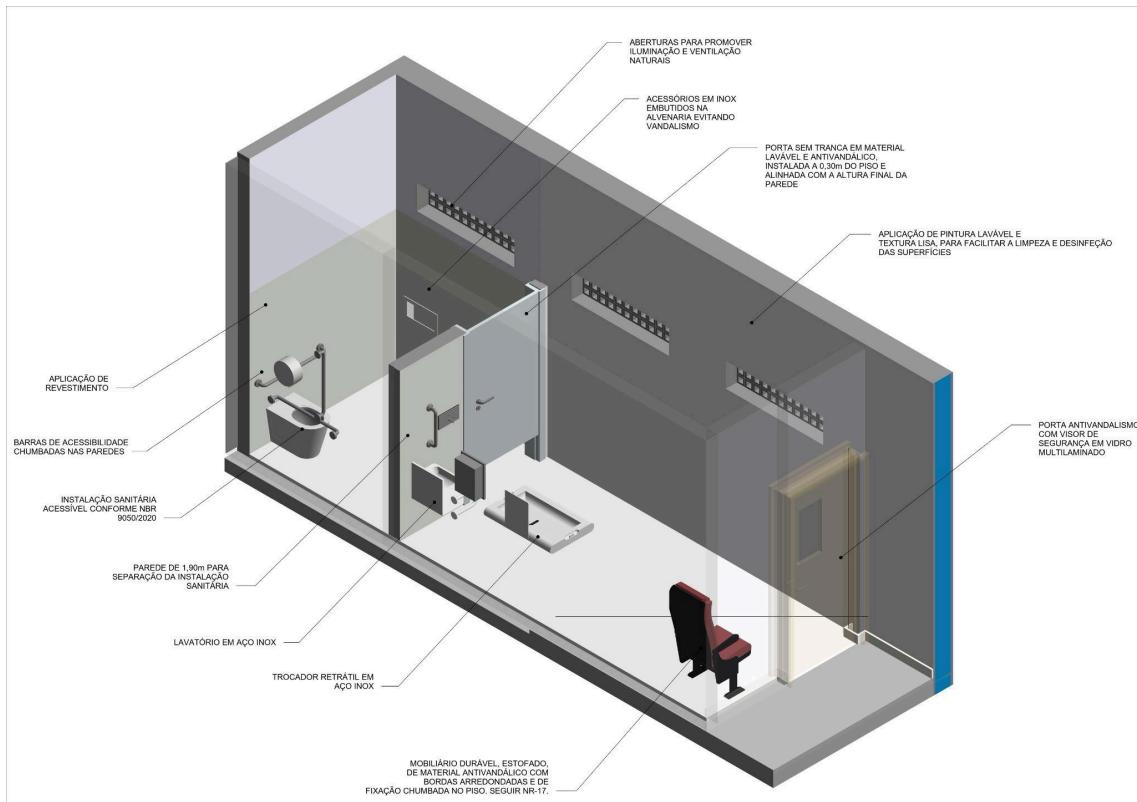


Imagen 3 - Projeto da sala de custódia do novo Fórum de São Felipe

O acesso ao Judiciário também envolve barreiras simbólicas construídas ao longo do tempo. Linguagens formais, fluxos confusos e sinalização pouco intuitiva podem reforçar a sensação de distância entre a população e os espaços institucionais. No Brasil, esse afastamento recai de forma mais intensa sobre a população negra, que historicamente foi excluída dos espaços formais de tomada de decisão e poder. Por isso, investir em sinalização clara e acessível, percursos fáceis de compreender e ambientes com legibilidade visual não é apenas uma decisão técnica. É uma maneira de construir um espaço público mais inclusivo e acolhedor. Uma orientação espacial humanizada reduz constrangimentos e fortalece o sentimento de pertencimento, especialmente entre quem historicamente foi afastado desses ambientes.

O atendimento às vítimas de violência doméstica também demanda sensibilidade especial. A violência doméstica atinge de maneira significativa mulheres negras, e o espaço físico pode exercer papel de proteção ou de agravamento da vulnerabilidade.

Por isso, incluímos nos projetos, sempre que possível, ambientes adequados para atendimento de mulheres e crianças, brinquedotecas, banheiros infantis com fraldários e áreas de amamentação, além de salas reservadas para acompanhamento psicossocial. No projeto da nova Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Feira de Santana, implantamos uma brinquedoteca próxima à recepção, oferecendo mais dignidade e tranquilidade às mulheres que precisam levar suas crianças, além de um sanitário infantil com espaço para amamentação.

Na reforma do Fórum de Dias D'Ávila, implantamos uma copa com iluminação natural, mobiliário adequado e climatização, garantindo conforto durante toda a jornada para servidores e trabalhadores terceirizados. A maior parte dos terceirizados, profissionais de vigilância, limpeza, manutenção e recepção, é composta por pessoas negras e de baixa renda. Garantir condições dignas de trabalho é uma ação concreta contra as desigualdades estruturais. De modo semelhante, o projeto do novo Fórum de Seabra prevê um vestiário completo e ventilado, ambiente utilizado prioritariamente por trabalhadores terceirizados, reconhecendo que esses profissionais merecem respeito e conforto.



Imagen 4 - Com a reforma, o Fórum de Dias D'Ávila ganha uma copa

Essas decisões, que aliam aspectos técnicos e funcionais, ganham um novo sentido quando vistas sob a lente da equidade racial. Elas contribuem para reduzir desigualdades e fortalecer o compromisso institucional com a promoção da dignidade humana. E, mesmo reconhecendo esses avanços, sabemos que nem todas as unidades judiciais refletem plenamente essas melhorias. Como o tribunal mais antigo das Américas, o TJBA reúne prédios de épocas e dimensões muito diferentes. Algumas sedes são históricas e centenárias, outras já incorporam diretrizes contemporâneas. Muitas unidades antigas ainda estão em processo de adaptação, o que exige tempo, recursos e planejamento.

Mesmo diante desses desafios, cada reforma, cada nova sede e cada aprimoramento representa um avanço significativo. Temos aprendido com cada experiência e aperfeiçoado nossos projetos continuamente. É assim que a Coordenação de Projetos Arquitetônicos do TJBA tem buscado se integrar à luta nacional por inclusão, equidade racial e justiça social. A arquitetura, muitas vezes silenciosa, influencia profundamente a experiência cotidiana das pessoas que procuram a Justiça.

O Novembro Negro nos convida a revisitar nossa história, compreender as desigualdades que moldam o presente e imaginar um futuro mais justo para todas as pessoas. No Poder Judiciário, essas reflexões não se restringem a decisões ou normas. Elas também precisam alcançar os espaços que acolhem a população. Cada projeto é uma oportunidade. Estamos atentos, aprendendo e comprometidos com a construção de um Poder Judiciário mais coerente e conectado com as realidades, necessidades e identidades sociais do povo brasileiro.